**Liberdade de Imprensa: contexto histórico e atual no Vale do Itajaí[[1]](#footnote-1)**

AMORIM, Lucas de[[2]](#footnote-2)

LEONI, Márcia França[[3]](#footnote-3)

**Resumo:**

Este estudo pretende traçar o perfil da liberdade de imprensa no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Para isso, um contexto histórico da liberdade dos veículos de comunicação do Brasil e dos jornalistas é trazido à tona, a fim de relembrar momentos delicados já passados, como os períodos de Segunda Guerra Mundial e Ditadura Militar, no Brasil. Nosso objetivo é observar se os meios de comunicação respeitam o código de ética dos jornalistas, tendo em vista que o mesmo assegura o direito à liberdade de pensamento dos profissionais da área. Momentos atuais são usados como exemplo para assegurar nossas premissas. Entrevistamos o Olbrisch, Rubens que ocupa o cargo de Presidente da Acaert - Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e TV, com o objetivo de obter informações a respeito do tema liberdade de Imprensa no Estado de Santa Catarina e de modo especial no Vale do Itajaí.

**Palavras-chave:** Ética. Jornalismo. Liberdade. Veículos de Comunicação.

**INTRODUÇÃO**

A liberdade de expressão constitui-se num dos direitos da mais elevada importância para que o Estado possa ser considerado uma sociedade democrática. É um valor universal, a ser perseguido pelas sociedades, na busca do bem comum dos cidadãos como um princípio de sabedoria geral e individual na construção de uma sociedade verdadeiramente livre no mundo contemporâneo.

A liberdade de imprensa é algo que vem sendo debatido desde os primórdios da profissão de Jornalismo. Houve épocas em que o profissional da área era absurdamente monitorado e proibido de se expressar de forma livre. No Brasil, a ditadura militar uma das grandes causadoras de bloqueios no âmbito de se fazer jornalismo. No mundo podemos citar as grandes guerras já enfrentadas como, por exemplo, a I e II Guerra Mundial. Atualmente, no Brasil, temos uma imprensa de teor livre, entretanto, podemos observar que há restrições em alguns veículos de comunicação.

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise histórica e atual sobre a liberdade de imprensa no Vale do Itajaí e de modo especial na região de Blumenau.

Este trabalho da disciplina de Ética no jornalismo compreende o estudo acerca da liberdade de imprensa e a liberdade de expressão aplicada na atividade jornalística. Desde os tempos mais antigos, no surgimento do jornalismo a luta dos estudiosos tem sido por firmar a liberdade de imprensa como um valor a ser consagrado, ao exercício da profissão, mas também como um direito da população ao acesso à informação, sem distorções moldadas por interesses econômicos, ideológicos ou de privações de liberdade.

Para o desenvolvimento do trabalho serão utilizadas, pesquisas bibliográficas, publicações diversas e também uma entrevista com o presidente da Acaert – Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão, Rubens Olbrisch.

1. **Contextualização da Liberdade de Imprensa**

A declaração dos direitos universais do homem de 1789, já se posiciona sobre o direito à liberdade: “a liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique a outrem: Assim, o exercício dos direitos naturais do homem não tem outros limites senão os que assegurem aos demais membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Esses limites, somente à lei poderá determinar. A lei não pode proibir senão as ações nocivas à sociedade. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DOS HOMENS) ”.

No Brasil, a constituição preceitua no seu artigo 5º, IX: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, cientifica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. (Constituição do Brasil de 1988). Dessa forma, de acordo com a constituição, a regra é a liberdade ampla para o exercício do direito à expressão, sendo que a restrição é exceção. A própria constituição estabelece a regra e também as exceções, isso porque a liberdade demanda responsabilidade.

Para chegarmos a uma conclusão, precisamos antes de qualquer coisa, entender o contexto histórico. Durante a Segunda Guerra Mundial, os meios de comunicação foram usados tanto por alemães quanto por países aliados, no intuito de mostrar suas forças. O rádio foi considerado uma arma para a propaganda ideológica, usado para incitar as pessoas, levar notícias e propagandas, discursos emocionados, estimular a moral das tropas, orientar a população. O marco inicial da Segunda Guerra Mundial ocorreu no ano de 1939, quando o exército alemão invadiu a Polônia. De imediato, a França e a Inglaterra declararam guerra ao país Germânico. Esse trágico acontecimento terminou somente no ano de 1945 com a rendição da Alemanha e Itália. O Japão, último país a assinar o tratado de rendição, ainda sofreu um forte ataque dos Estados Unidos, que despejou bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagazaki. Uma ação desnecessária que provocou a morte de milhares de cidadãos japoneses inocentes, deixando um rastro de destruição nestas cidades.

O desenvolvimento do poder nuclear fornecera aos países novos meios de destruição. As bombas atômicas a nossa disposição representam apenas o primeiro passo nessa direção e quase não existirá limite para o poder destrutivo que se tornará disponível no curso de seu desenvolvimento futuro. (SZILARD, 1978, p. 211).

Verificando o contexto histórico de liberdade de imprensa, e também o momento atual, podemos citar a ideologia de Karl Marx. O filósofo tem uma posição um tanto questionável sobre a liberdade de imprensa.

Poderíamos denominar a liberdade de ofícios de uma espécie de liberdade de imprensa. Os ofícios não trabalham apenas com os braços e as pernas, mas também com a mente. O juiz exerce o oficio da lei; o pregador o oficio da religião; o pai de família o oficio de educar crianças. (MARX, 1999, pg, 76).

Neste ponto o autor cita exemplos de ofícios comuns em nossa sociedade, e questiona se neste caso há liberdade de exercer suas funções. No caso de liberdade de imprensa o mesmo prognóstico pode ser aplicado, segundo Mark (1999), nunca teremos liberdade sobre tudo que formos fazer.

Por que somente a liberdade de imprensa deveria ser perfeita entre todas essas outras imperfeições? Por que um sistema de Estado imperfeito exigiria uma imprensa perfeita? Se tudo o que é humano é imperfeito por natureza, deveríamos colocar tudo no mesmo nível, admirar todas as coisas, boas ou ruins, verdadeiras ou falsas? (MARX, 1999, pg 44).

No Brasil, a imprensa foi alvo de censura e perseguição durante e Ditadura Militar de 1964[[4]](#footnote-4). Jornais como O Estado de São Paulo, tentaram conservar sua autonomia, mas o governo passou a utilizar a figura do censor para monitorar a redação do jornal, tentando manter o máximo controle possível sobre as informações veiculadas. Por outro lado, uma pesquisa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP verificou que o papel dos dois maiores jornais no início do regime militar foi complexo. O estudo concluiu que a grande imprensa, em geral, valoriza sua posição de crítica e resistência no período da ditadura militar no Brasil.

Colocam-se como porta-vozes da democracia e defensores dos interesses populares nesse momento histórico. Entretanto, durante o período de militância a grande imprensa destacava apoio ao golpe, à ditadura e de condenação do trabalhismo e de movimentos sociais. Alguns portais especializados em pesquisas históricas, dizem que os grandes meios de comunicação acabaram apoiando a ditadura, por medo de repressão à suas empresas. Por outro lado, analisando a imprensa nos dias atuais, nota-se que parte destas empresas, ainda abrange este prognóstico de restrição às notícias e acabam optando em apoiar um lado, ao invés de deixar-se imparcial. Essa afirmação fica nítida em notícias de âmbito político.

Por exemplo, durante o primeiro semestre de 2016, o Brasil passou por momentos delicados politicamente. A então presidente, Dilma Rousseff (PT), foi alvo de acusações e punida com um pedido de Impeachment. Michel Temer (PMDB), vice-presidente no momento, deixou claro sua vontade de assumir o cargo de Dilma. O processo de cassação foi votado pela Câmara e Senado, e o resultado foi o afastamento da Presidente, a partir desse momento, o cargo passou a ser de Temer. Durante todo esse tramite, a imprensa brasileira noticiava algo diferente todos os dias.

 Veículos como a revista Veja, e a Rede Globo de Televisão, que se dizem imparciais, nitidamente mostravam apoio a um determinado lado. Para os jornalistas que atuam nesses meios não há escolha. Precisam seguir a ideologia da empresa, é isso, ou a demissão. Na Ditadura Militar, Após a promulgação do AI-53, todo e qualquer veículo de comunicação deveria ter a sua pauta previamente aprovada e sujeita a inspeção local por agentes autorizados. A represália feita aos meios de comunicação durante o Regime Militar é levada a debate nos dias de hoje, por ainda passarmos por situações parecidas, mas nesse caso, o bloqueio de informações feita, pelos veículos de comunicação com seus jornalistas.

**1.1 Código de Ética do Jornalista brasileiro**

O Código de Ética dos Jornalistas brasileiros está em vigor desde [1987](https://pt.wikipedia.org/wiki/1987), depois de aprovado no Congresso Nacional dos Jornalistas. Segundo a [Federação Nacional dos Jornalistas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Federa%C3%A7%C3%A3o_Nacional_dos_Jornalistas) (FENAJ)[[5]](#footnote-5) o documento "fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação, e entre jornalistas". As punições previstas incluem desde advertência até expulsão do sindicato respectivo. Um caso notório de erro jornalístico no Brasil foi o da [Escola Base](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Base), no qual vários órgãos de imprensa publicaram acusações de que um casal de [pedagogos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedagogia) numa escola em [São Paulo](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo) estariam praticando [abuso sexual](https://pt.wikipedia.org/wiki/Abuso_sexual_de_menor) com seus alunos. Mais tarde, as acusações se provaram infundadas e a [Justiça](https://pt.wikipedia.org/wiki/Justi%C3%A7a) determinou que os caluniados fossem indenizados.

Atualmente, muitos profissionais esquecem do Código de Ética do jornalista brasileiro, neste caso, não nos referimos aos profissionais jornalistas, mas a seus supervisores, formados em outras áreas e que não conhecem nossas normas. Por exemplo, imagine que você seja formado em jornalismo e trabalhe em algum veículo de comunicação do Vale do Itajaí, e seu salário não chega a alcançar o piso estipulado pelo sindicato estadual, a culpa disso é sua ou de seu superior formado em outra área? O artigo VII do capítulo II do Código de Ética do jornalista brasileiro diz que o jornalista não pode: aceitar ou oferecer trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial, a carga horária legal ou tabela fixada por sua entidade de classe, nem contribuir ativa ou passivamente para a precarização das condições de trabalho.

Na região do Vale do Itajaí, há casos de jornalistas formados que não chegam a receber o piso salarial da profissão, e acabam não cumprindo o que diz no Código de Ética, sendo assim, se descumprimos uma das regras que está no Código, será que podemos reivindicar outras como, por exemplo, os itens III e IV do art. 6 encontrados no capítulo II que diz que o jornalista deve lutar pela liberdade de pensamento e de expressão, e defender o livre exercício da profissão, respectivamente. Aqui já estamos entrando em uma discussão mais profunda que talvez atraia ideologias diferentes, mas não é este nosso objetivo, o exemplo foi dado para refletirmos sobre as diversas perspectivas que o Código de Ética impõe. O livro “Liberdade de Imprensa”, escrito por Carlos Heitor Cony, Heródoto Barbeiro e Artur Xexéo, simula uma conversa entre os autores sobre o tema.

A mídia, movida pelos interesses gerados no bojo da sociedade de consumo, tem provocado o nascimento de novas estrelas, como as modelos e seus desfiles nas passarelas. É muito compreensivo que exércitos de jovens, principalmente mulheres, que tem um glamour de beleza, fama, dinheiro, viagens e quantos amores. (CONY; BARBEIRO; ARTUR, 2003, p. 20).

Nesta parte da conversa dos autores, eles referem-se a liberdade de expressão das pessoas e de como a mídia acaba influenciando esses posicionamentos tomados. A liberdade de imprensa vai muito além do que pensamos, nos dias de hoje há liberdade para noticiarmos praticamente todos os fatos. Quase todos. Uma das editorias que vemos enfrentar dificuldades em expor a realidade é a de política. Muitos veículos de comunicação exercem algum posicionamento perante alguns partidos políticos e acabam deixando isso claro aos seus leitores. Neste caso, os profissionais que atuam nestas empresas acabam tendo que se conter na hora de escrever suas matérias/reportagens, para não ferir a ideologia da empresa. O medo de ficar desempregado fala mais alto.

Segundo o livro Qual é a tua obra de Mario Sérgio Cortella o autor cita um trecho com o título: A nossa Casa. Quero? Devo? Posso? Três perguntas essenciais para cuidarmos da vida coletiva. O autor cita:

É impossível pensar em ética se a gente não pensar em convivência. Afinal, o que é a ética? A ética é o que marca a fronteira da nossa convivência. Seja com as outras pessoas, seja com o mercado, seja com indivíduos. Ética é aquela perspectiva para olharmos os nossos princípios e os nossos valores para existirmos juntos (CORTELLA, 2010, p.106).

Fazendo um paralelo com que foi mencionado acima e o que o autor Mario Sérgio Cortella cita em seu livro, Quero? Devo? Posso e correlacionando com a Liberdade de Imprensa e Liberdade de Expressão é possível que haja um paradoxo ao avaliarmos a conduta tanto do profissional quanto do veículo de comunicação. Seria necessário ter um aprofundamento mais profundo e teórico sobre o que cada cidadão ou no caso, Jornalistas o que se compreende sobre ética.

1. **Contextualização da imprensa no Vale do Itajaí no início do século XX**

O livro “A Imprensa em Blumenau”, de José Ferreira da Silva, constata que desde o início da colônia a imprensa estava presente. Destacam-se os primeiros periódicos “BLUMENAUER-ZEINTUNG”, O “IMMIGRANT”, “O MUNICÍPIO, o segundo “IMMIGRANT”, “DER URWALDSBOTE”, entre outros.

De início tratavam de questões muito mais ligadas aos informes dos problemas da nova colônia e dos laços mantidos com a pátria de origem, dos imigrantes vindos da Alemanha. Depois passaram a tratar de assuntos próprios das relações internas da colônia, suas questões políticas, comerciais e sociais.

Como primeira constatação de forte interferência, encontramos no livro citado:

Como decorrência do ato de declaração de guerra do Brasil à Alemanha, a 26 de outubro de 1917, entre outras medidas de emergência tomadas pelo governo federal, foi proibida em todo território nacional, a publicação de jornais e outros periódicos e livros em língua alemã. Os dois jornais que, então, eram publicados em Blumenau, não tiveram outro caminho a seguir se não encerrar as suas atividades, ou transformarem-se em folhas redigidas totalmente em português. (SILVA, 1977, p. 63)

Segundo o autor, a guerra entre o Brasil e a Alemanha, fizeram com que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa fosse reprimida. Em consequência as atividades exercidas foram enceradas.

Surge então o “Nacional”, jornal fundamentado no sentimento patriótico, incitou o ódio contra a Alemanha, mas principalmente, contra os alemães e seus descendentes que aqui viviam na região de Blumenau. A sua primeira edição nasceu em 1º de janeiro de 1918 sob a gerência de IldefonsoTeixeira. Desde o surgimento, o periódico portou-se como um semeador de discórdia invadindo o terreno das retaliações pessoais e fomentando o ódio, racismo e perseguições. O Nacional durou menos de dois anos, e foi substituído pelo jornal “Brazil”[[6]](#footnote-6), que tinha a mesma direção, era impresso nas mesmas oficinas, porém com uma orientação modificada.

Este episódio marca bem um período da história onde a repressão, por parte do Estado autoritário, exerceu forte restrição à liberdade de imprensa. Porém, a limitação de liberdade de expressão teve origem bem mais profunda impondo proibição de qualquer manifestação dos cidadãos que se desse na língua alemã. Assim, vejamos as palavras de José Ferreira da Silva:

Em virtude da mensagem do presidente da República, o Congresso Nacional declarou o estado de guerra entre Brasil e Alemanha. Daí resultaram medidas no sentido de salvaguardar a dignidade e a segurança da nação. Entre as providências tomadas, foi proibida a publicação de jornais em idioma alemão e o uso dessa língua em repartições e logradouros públicos. (SILVA, 1977 p. 63).

A questão teve reflexos bem mais traumáticos que a influência e restrição sobre os jornais da época. A pretexto de defender a posição nacionalista, muitos cidadãos tomaram para si a tarefa de vigiar os demais que agissem em desacordo com as regras governamentais, e assim agindo, revestiram-se do poder polícia e justiceiros constrangendo de modo ultrajante os demais habitantes. O próprio jornal o “Nacional” adotou essa postura, fazendo dos seus dirigentes e jornalistas verdadeiros mensageiros da discórdia. Assim, podemos classificar a postura desse jornal como de abuso da sua liberdade de expressão, que fundamentada numa base de exceção, agia de modo exacerbado e antiético, incitando o ódio entre aqueles que eram de origem alemã e os demais cidadãos.

Passados esses períodos mais obscuros da imprensa local, seguiram-se períodos de normalidade com a presença plural de muitos veículos e uma forte influência cultural de modo pioneiro perante o Estado de Santa Catarina.

Destaca-se o pioneirismo do rádio catarinense, com o surgimento da primeira estação de rádio, a Rádio Clube de Blumenau, em 13 de março de 1932, tendo como fundador João Medeiros Junior.[[7]](#footnote-7)

O autor Clóvis Reis, em seu livro “Na Fronteira da Persuasão” - Os Gêneros Jornalísticos nas Emissoras De Rádio relata o município de Blumenau como pioneiro em rádio, televisão e jornal. Sendo a cidade a pioneira em transmitir as notícias, informações e entretenimento para Blumenau e todo o Vale do Itajaí.

No Estado de Santa Catarina, Blumenau é um município pioneiro na área da comunicação. Em Blumenau, surgiram a primeira emissora de rádio (a Rádio Clube de Blumenau, em 1931), a primeira emissora de televisão (a TV Coligadas, em 1969), o primeiro jornal “off-set” (o Jornal de Santa Catarina, em 1971) e o primeiro curso superior de Publicidade e Propaganda do Estado (na FURB – Universidade Regional de Blumenau, em 1991). (REIS, 2010, p.57).

1. **Entrevista com o Presidente da Acaert- Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão**

 No dia 13 de junho de 2016 entrevistamos, por e-mail Olbrisch, Rubens que ocupa o cargo de Presidente da Acaert-Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e TV. Com o objetivo de obter informações a respeito do tema liberdade de Imprensa no Estado de Santa Catarina e de modo especial no Vale do Itajaí.

 A liberdade de imprensa em Blumenau segue uma realidade muito próxima da do restante do Brasil. Apesar de algumas tentativas isoladas de constranger profissionais por meio de ameaças físicas ou judiciais, a atividade da imprensa acontece de forma livre e profissional. Quando essas ameaças extrapolam o direito à liberdade de expressão – prevista na constituição - essas práticas são denunciadas e combatidas por entidades que agem em defesa das prerrogativas da imprensa livre como ACAERT, ABERT e etc. Com relação a Blumenau e Vale do Itajaí, o nosso grande diferencial é a opinião pública qualificada, com alto grau de instrução em média, o que ajuda muito a atividade da imprensa. Ou seja, quanto mais instruída é a população, mais crítica ela é com relação aos meios de comunicação, exigindo diversidade e conteúdo de qualidade. Dessa forma, uma população crítica não permite censura, manipulação ou qualquer outro tipo de cerceamento da atividade da imprensa. Nesse aspecto, encontramos na população uma aliada na manutenção da liberdade de imprensa. (OLBRISCH, 2016).

Segundo o Presidente da Acaert, em Santa Catarina e no Vale do Itajaí, a imprensa é livre e segue um padrão profissional, dentro das garantias legais como no restante do Brasil. O diferencial destacado é a audiência qualificada com a opinião pública exigindo diversidade e qualidade. Em defesa da ética e das eventuais ameaças às práticas inadequadas as entidades agem para garantir os direitos dos profissionais e da liberdade de expressão.

Fazendo paralelo à realidade brasileira, podemos dizer também que as mesmas dificuldades que afetam a liberdade de imprensa em Santa Catarina são as mesmas do Brasil. Assim, no último relatório da ONG Repórteres Sem Fronteiras, divulgado em 20 de abril de 2016, o Brasil regrediu cinco pontos na sua classificação no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa, de 2015 para 2016. Os principais motivos: “aumento dos casos de violência contra os jornalistas e a ausência de vontade política para desenvolver mecanismos de proteção mais eficientes para os comunicadores”. (Comunicado de imprensa –Brasil. Repórteres Sem Fronteiras). O mesmo relatório aponta também que: “O cenário midiático continua caracterizado pela grande concentração da propriedade dos meios de comunicação, nas mãos de algumas poucas grandes famílias e industriais, que em muitos casos têm relações estreitas com políticos”. (Comunicado de imprensa – Brasil. Repórteres Sem Fronteiras).

Sobre a liberdade de imprensa no rádio e televisão Olbrisch destaca:

O Rádio tem uma característica que o diferencia dos demais meios de comunicação, a instantaneidade e a espontaneidade. Essas duas qualidades fazem do rádio um meio de comunicação livre por essência. Mesmo com linhas editoriais diferentes, as emissoras se assemelham diante da necessidade de noticiar o fato em tempo real, e de analisá-lo na medida em que ele está acontecendo, isso faz com que o comunicador tenha a liberdade de se expressar livremente, respeitando sempre o código de ética e a legislação que regulam a atividade. Nesse aspecto, a liberdade de imprensa encontra no rádio o seu exemplo mais eficiente e objetivo. (OLBRISCH, 2016).

Nota-se que a característica própria do rádio confere também à liberdade de imprensa um padrão diferenciado, pois não tem o seu controle imediato sobre o seu comunicador. É necessário a observação do código de ética por parte dos profissionais. Fazendo conexão com o que foi mencionado na época da Ditadura Militar, o rádio seguia um parâmetro ideológico, e com o intuito de orientar a população.

Olbrisch, fala também sobre a época da ditadura militar, onde houve represálias e o direito à liberdade de imprensa era limitado, mas havia uma incitação forte de buscar e mostrar a veracidade dos fatos:

A imprensa teve que ser combativa durante todo o período da ditadura militar. Apesar das inúmeras tentativas de cercear a atividade, ameaçar profissionais e punir os veículos de comunicação, no final, foi a democracia que saiu vitoriosa. Acho que o período mais difícil foram as prisões de jornalistas e a censura prévia, que avaliava e aprovava o que podia ser publicado pelos meios de comunicação. Apesar dessa censura, os meios de comunicação sempre encontraram alternativas para denunciar o que estava acontecendo, mesmo quando o silencio era a forma de expressão mais eloquente. Por isso, destaco sempre que democracia venceu, enfatizando que essa conquista é muito maior do que um passado pontual que já foi superado. Da mesma foram como fomos combativos no passado, continuamos sendo fiscalizadores intransigentes do presente, superando os desafios que esse tipo de postura gera como consequências, sem abrir mão da liberdade de expressão. (OLBRISCH, 2016).

 As redes sociais, citando a Internet onde dispomos de notícias e uma avalanche de informações que são transmitidas diariamente e em tempo real. Mas ao mesmo tempo precisamos reter e classificarmos o que pode ser dito como liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Na internet todos tem voz e vez. Contudo, precisamos ter o cuidado, pois estamos sujeitos a limitações legais e éticas. Nesse sentido Olbrisch referindo-se a plena liberdade de expressão diz:

As redes sociais são um grande exemplo de como a liberdade de expressão acontece hoje de uma forma plena. Em teoria, tendo acesso à internet, qualquer cidadão pode dizer o que pensa. Por isso as constantes discussões com relação aos crimes cometidos na internet. Apesar do direito de dizer o que bem entende o cidadão também está sujeito a ser punido criminalmente pelo que disse. E isso não é censura, é o Estado Democrático de Direito, onde existem regras para poder garantir a liberdade de todos. Os casos de racismo na internet são um exemplo claro disso. O usuário ao proferir ofensas racistas contra terceiros, está sujeito a ser punido por esse crime. Essa é uma regra de ouro que vale há muitos anos para a imprensa, ou seja, todos são responsáveis por aquilo que publicam ou afirmam, sem que isso se caracterize qualquer tipo de cerceamento da liberdade de expressão. (OLBRISCH, 2016).

Sob a ótica do exercício da profissão, a prática de conduta do código de ética relacionado com o profissional do jornalismo. O jornalista tem suas prerrogativas e também deveres. Dentro da sua responsabilidade destacamos o artigo 8º que fala – que o jornalista é responsável por toda a informação que divulga. O presidente da Acaert diz que:

O código de ética e conduta do profissional é fundamental em qualquer profissão, não só na do jornalista. É ele que vai ditar os direitos e deveres implícitos em cada atividade, sob as mais variadas situações. O código de ética serve para balizar a conduta que a sociedade espera de um bom profissional. Sem um código de ética, a própria razão de ser daquela atividade não teria sentido. (OLBRISCH, 2016).

O código de ética serve sempre como um instrumento norteador para todos que se relacionam com a atividade. Não só no campo jornalístico, mas em qualquer outra profissão. O código explicita as condutas que são esperadas por aqueles que se relacionam com o profissional e que a sociedade espera.

No mesmo sentido norteia o comportamento das entidades, empresas ou governos com relação aos profissionais que atuam de acordo com o referido código.

O mesmo se aplica aos meios de comunicação. Os veículos têm a obrigação de garantir que seus profissionais possam exercer plenamente o seu código de ética, para isso, o código de ética dos meios de comunicação se aproxima em muitos aspectos ao do seu profissional, principalmente, no tocante os direitos e garantias da liberdade de imprensa e expressão. Acredito que numa democracia onde os veículos de comunicação são administrados pela iniciativa privada, a questão econômica é mais uma garantia do pleno exercício da liberdade de imprensa. Só esse modelo permite que a imprensa tenha uma variedade grande de financiadores – públicos e privados – obtendo nessa multiplicidade uma forma de não se ter de se sujeitar a qualquer tipo de restrição ou interferência.  Em tese, caso isso aconteça, o veículo tem a liberdade de deixar de se relacionar com determinando anunciante caso venha no ‘pacote’ qualquer tipo de restrição editorial. Seguir essa regra é uma forma de sobrevivência do veículo, afinal, ele existe em função de seu público e não de seus anunciantes. Quando um veículo passa a adotar restrição de conteúdo em função de questões econômicas, ele está matando o próprio produto. A longo prazo, seu público vai ser dar conta dessa realidade e migrar para outro veículo onde isso não aconteça. Por isso, a maioria dos veículos preserva o seu editorial independentemente da questão econômica, os meios de comunicação sabem que a credibilidade é o seu maior patrimônio. (OLBRISCH, 2016).

Olbrisch, cita que os maiores obstáculos para se obter uma liberdade de imprensa plena são os regimes que regem todo o sistema políticos antidemocráticos. Nesse sentido ele cita:

O maior obstáculo para a liberdade de imprensa são governos totalitários, ditatoriais e sistemas políticos antidemocráticos. Nos demais regimes, ainda que existam tentativas de obstrução do trabalho da imprensa, na maioria das vezes elas acabam frustradas. É uma lógica da imprensa fiscalizar o poder – público e privado – por isso o constante conflito entre os direitos e deveres do jornalismo. Enquanto esse debate acontecer de forma pública e transparente, ganha a sociedade como um todo. A liberdade de imprensa só está ameaçada quando um determinando grupo político ou econômico, consegue aparelhar os meios de comunicação, eliminando a pluralidade de opiniões e ideias. (OLBRISCH, 2016).

Correlacionando com períodos de exercício autoritários por parte dos governos, podemos lembrar dos episódios ocorridos na nossa região, durante a Segunda Guerra Mundial, coincidindo com o Estado Novo da era Getúlio Vargas. Em 1939, a criação do DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda estabeleceu controle total sobre a imprensa com a figura da censura como principal característica. Na mesma época teve início a Segunda Guerra Mundial colocando o Brasil ao lado dos aliados tendo a Alemanha como sua principal adversaria. Em Santa Catarina e Blumenau os efeitos da guerra junto com a censura, refletiram de uma forma mais intensa. De modo particular a perseguição aos alemães e seus descendentes que aqui viviam passou a ser praticada, de modo semelhante ao que havia ocorrido na Primeira Guerra Mundial.

 Nesse sentido o site a nova democracia cita o texto publicado com o título Alemães em Santa Catarina: Da História não escrita à necessidade da História:

Com a entrada do Brasil na guerra, em 22 de agosto de 1942, a ligação natural e expiatória desses imigrantes com o “perigo alemão” (ou italiano) tornou a língua uma questão de segurança nacional. Faveri afirma que “a repressão à língua foi dramática e fez com que nas colônias pairasse silêncio e autocontrole, com a presença de espiões. “Dez dias depois, em 2 de setembro, já haviam sido presos 350 “simpatizantes” do Eixo em Santa Catarina, segundo o jornal a Gazeta. (SITE A Nova Democracia)

Terminada a II Guerra mundial e logo em seguida extinto o DIP em 25 de maio de 1945, vivemos um período de grande prosperidade e também avanços na democracia, até que em 1964, com o regime militar, passamos por nova fase difícil no campo das restrições de liberdade e, de modo particular na liberdade de imprensa. No jornalismo, durante a Ditadura Militar, vivemos uma era chamada AI-5. Laurindo relata que meio século depois, ainda não conseguimos dimensionar tais fatos.

A história do Brasil vem sendo construída no imaginário coletivo a partir de referências emblemáticas a pessoas, instituições, ideias, eventos. Gerando efemérides, tais indicadores costumam ser revistados por jornalistas e historiadores interessados em reconstruir os fios da memória nascional. (LAURINDO, 2014).

 ****

**CONSIDERÇÕES FINAIS**

Do trabalho foi possível concluir que, de modo geral a liberdade de impressa na região de Blumenau é relativamente observada, tanto pelos veículos de comunicação quanto pelas entidades governamentais que não impõem embaraços ao desenvolvimento do pensamento e da profissão dos jornalistas.

Observa-se que historicamente, até mesmo pelo pioneirismo nas técnicas, nos veículos de comunicação aqui surgidos e pelo nível cultural da população, o padrão tem sido de liberdade de imprensa. Houveram sim, por outro lado momentos excepcionais em que essa liberdade foi mais restrita ou até inexistente. Eventualmente, podem haver ainda hoje exceções, mas que certamente são minorias.

Temos uma pluralidade de veículos de comunicação e também muitas inovações tecnológicas. Entretanto a tendência da concentração dos veículos de comunicação de massa, na propriedade de poucas e grandes empresas podem prejudicar essa diversidade.

Isso pode refletir na qualidade da liberdade de imprensa por vários motivos entre eles: relação de trabalho, linha editorial única, tendências políticas, ou ideológicas. Por outro lado, a busca da liberdade plena proporciona ganhos a população e a sociedade como um todo.

Assim cabe ao profissional às entidades, as próprias universidades e o poder público trabalharem por esta direção.

**Referências Bibliográficas**

CORTELLA, Mário Sérgio. **Qual é a tua obra? : inquietações propositivas sobre gestão de liderança e ética.**11. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2010.

LAPS, leo, **Blog A Nova Democracia**, 2003.

LAURINDO, Roseméri. **AI-5 Na Academia: O Manual do Lead Usando Pelos Golpistas de 1964 para Punir o Ensino de Jornalismo.**Blumenau: Edifurb, 2014.

MARX, Karl. **Liberdade de Imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

OLBRISCH, **Rubens. Entrevista concedida por e-mail a Márcia França Leoni**. Blumenau, 13 de junho de 2016.

REIS, Clóvis. **Na Fronteira da Persuasão. Os Gêneros Jornalísticos na Emissoras de Rádio**. Blumenau: Edifurb, 2010.

SILVA, José Ferreira da. **A Imprensa em Blumenau**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

SZILARD, LEÓ. **Voice dolphin**. New York: Simon & Schuster, 1961.

1. Trabalho desenvolvida na disciplina de Ética no Jornalismo, ministrada pela professor Clarissa J Pereira, email: Clarissa\_jpereira@hotmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Acadêmico do 5º semestre do curso de jornalismo da Universidade Regional de Blumenau – Furb, email: lucasamorim96@hotmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Acadêmica do 5º semestre do curso de jornalismo da Universidade Regional de Blumenau – Furb, email: marciafrancaleoni@gmail.com [↑](#footnote-ref-3)
4. <http://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/imprensa-e-censura-na-ditadura-militar> (Acesso em 20/06/2016) [↑](#footnote-ref-4)
5. <http://fenaj.org.br> (Acesso em 20/06/2016) [↑](#footnote-ref-5)
6. <http://anovademocracia.com.br/no-11/1093-alemaes-em-santa-catarina-da-historia-nao-escrita-a-necessidade-da-historia> (Acesso em 20/06/2016) [↑](#footnote-ref-6)
7. <https://rsf.org/sites/default/files/comunicado_de_imprensa_-_brasil_20-04-2016.pdf> (Acesso em 20/06/2016) [↑](#footnote-ref-7)